

Do púlpito à *timeline*: medo, fé e performance política na nova direita brasileira

Deysi Cioccarì

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Faculdade de Direito, São Paulo, SP, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4660-1851>



Resumo

O artigo analisa como a nova direita brasileira, representada por lideranças como Pablo Marçal, articula discurso religioso, performance política e estratégias comunicacionais para consolidar poder simbólico e engajamento social no contexto pós-bolsonarista. Parte-se da hipótese de que há uma transposição das linguagens religiosas e empresariais para o campo político, criando um híbrido discursivo que combina fé, empreendedorismo e antissistematização como pilares de legitimação. Amparado em autores como Thomas Hobbes, Georges Balandier, Guy Debord e Brian Klaas, o estudo investiga como o medo, originalmente concebido por Hobbes como instrumento de ordem e obediência, é reconfigurado nas redes digitais como mecanismo de mobilização afetiva e moral. A política, nesse contexto, converte-se em espetáculo e ritual, no qual o líder atua simultaneamente como “ungido” e “empreendedor de si mesmo”, construindo uma narrativa de redenção individual e nacional. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa e análise de discurso, tendo como corpus vídeos, postagens e entrevistas de Pablo Marçal entre 2023 e 2024. O artigo demonstra que o poder simbólico contemporâneo é construído por meio da midiatização da fé, da estetização da política e da produção de autenticidade nas plataformas digitais. Conclui-se que a política contemporânea se transforma em ritual comunicacional de pertencimento, no qual a emoção substitui o argumento e a fé opera como linguagem de poder e legitimidade. Assim, a comunicação passa a funcionar como mediadora central entre crença, liderança e autoridade na nova direita brasileira.

Palavras-chave

comunicação política; nova direita; medo; religião; poder

1 Introdução

A ascensão da nova direita brasileira evidencia a intersecção entre política, religião e comunicação, fenômeno que não pode ser explicado apenas pela lógica eleitoral, mas pela produção de sentidos e pertencimentos que reorganizam a esfera pública. Lideranças como Jair Bolsonaro e, mais recentemente, Pablo Marçal (que foi candidato à presidência da República e depois à Prefeitura de São Paulo em 2024), operam não apenas como atores políticos, mas como mediadores simbólicos que traduzem ansiedades sociais em narrativas de fé, coragem e salvação. Ao recorrerem a repertórios religiosos e empresariais, constroem um ethos que combina o discurso da prosperidade espiritual com a promessa de eficiência gerencial, produzindo uma forma híbrida de autoridade carismática e tecnocrática.

Nesse contexto, a Comunicação política deixa de se limitar à difusão de mensagens e passa a funcionar como ritual de engajamento emocional, no qual o eleitor é convocado a participar de uma comunidade de fé política. A retórica da nova direita mobiliza símbolos morais e religiosos – o bem, o mal, o inimigo, o ungido – e os traduz em linguagem digital, acessível, performática e afetiva. Como observa Georges Balandier (1980), o poder precisa ser encenado para existir; e, nas redes, essa encenação ganha forma por meio de gestos, imagens e performances que conferem visibilidade e autenticidade ao líder. A emergência dessas lideranças coincide com um momento de crise das mediações tradicionais – partidos, imprensa, instituições religiosas e jurídicas (essa última, grande alvo do ex-presidente Jair Bolsonaro) – e de fortalecimento da midiaticização do poder, em que a visibilidade substitui a legitimidade institucional.

Nesse novo arranjo, o líder populista digital atua como produtor de conteúdo e pastor de audiência. Ele fala diretamente ao “povo”, prescindindo da mediação jornalística e promovendo um contato emocional que, paradoxalmente, gera uma sensação de intimidade e verdade. Essa forma de comunicação performática faz da política uma experiência estética, em que sentir se torna mais importante do que saber. O objetivo deste artigo é compreender como o medo e a fé são mobilizados como linguagens de poder, e de que modo as transformações comunicacionais do século XXI permitem que discursos religiosos se tornem instrumentos de ação política e moralização pública. Parte-se da hipótese de que, no ecossistema midiático atual, o medo – tradicionalmente compreendido por Thomas Hobbes (2003) como instrumento de coerção e estabilidade – foi reconfigurado em dispositivo de pertencimento e mobilização, sustentado por narrativas de salvação e prosperidade. O medo

da corrupção, do caos social e da perda de valores é ressignificado como oportunidade de renascimento coletivo, sendo instrumentalizado por líderes que se apresentam como redentores políticos. A pesquisa ancora-se na teoria política clássica e contemporânea, articulando os conceitos de poder simbólico, sociedade do espetáculo e midiaticização com as práticas comunicacionais da nova direita brasileira. Busca-se, assim, contribuir para a compreensão das novas formas de autoridade na sociedade digital, em que o poder se constrói não apenas pela dominação, mas pela capacidade de narrar e performar a verdade.

2 A construção do poder em Jair Bolsonaro e Pablo Marçal

A compreensão dessa nova direita brasileira exige um diálogo interdisciplinar entre teoria política, sociologia da religião e estudos da comunicação, pois o fenômeno ultrapassa as fronteiras institucionais da política e se inscreve na dimensão simbólica e performática do poder. Não se trata apenas de um movimento ideológico, mas de uma reorganização dos modos de crer, sentir e comunicar. A sociedade brasileira, depois de décadas da esquerda no poder, acostumou-se ao modo de governar que dependia dos tradicionais intermediadores. Essa nova direita dispensou esse aparato e foi direto ao eleitor, como se estivesse mesmo em uma Igreja conversando com seus fiéis.

Essa nova gramática política tem como base o entrelaçamento entre o imaginário religioso, o empreendedorismo moral e a lógica da midiaticização, que transforma o espaço público em um palco de disputas simbólicas, emocionais e afetivas. A retórica de lideranças como Pablo Marçal mobiliza arquétipos universais – o medo, a fé, a redenção, o sacrifício e a promessa de salvação –, atualizando estruturas narrativas milenares dentro do contexto das redes sociais. Isso ficou extremamente evidente na campanha de 2024. O inimigo é sempre difuso: “o sistema”, “as elites”, “a corrupção”, “a imprensa”. Trata-se de uma operação discursiva típica do populismo contemporâneo: a construção de um “nós” puro e de um “eles” corrupto. O poder, nesse modelo, é sustentado não pela mediação institucional, mas pela comunicação direta com o público, uma mediação emocional que se estrutura em torno da identificação, da fé e do ressentimento.

A nova direita brasileira, portanto, deve ser lida como um sistema comunicacional total, no qual política e religião se misturam para produzir sentido e pertencimento. O discurso político passa a operar como um sistema de crenças, e o eleitor – ou seguidor – participa não apenas de um projeto político, mas de uma comunidade moral e espiritual. O

líder, nesse contexto, converte-se em uma figura quase sacerdotal, capaz de oferecer orientação, salvação e prosperidade. O mito que transcende a humanidade; um semideus que faz com que as pessoas se ajoelhem e rezem fervorosamente sem questionar.

Essa transformação é explicada por quatro tradições teóricas fundamentais, que, embora distantes no tempo e no campo disciplinar, convergem na interpretação dos mecanismos simbólicos que sustentam o poder: Thomas Hobbes (2003) e o medo como princípio de obediência; Georges Balandier (1980) e a teatralização do poder; Guy Debord (1997) e a política como espetáculo; e Brian Klaas (2023) e a psicologia da dominação nas estruturas de autoridade.

O primeiro elemento que eu pretendo analisar é o medo como instrumento político, que é amplamente utilizado por Bolsonaro e Marçal. Em *Leviatã* (2003), Thomas Hobbes formula a ideia de que o medo é a emoção fundadora da ordem política. Diante do caos natural da existência – o estado de natureza, descrito pelo autor como “a guerra de todos contra todos” – o ser humano, movido pelo instinto de autopreservação, abdica de parte de sua liberdade para instituir o poder soberano. O medo da morte violenta, e não a virtude ou a compaixão, é o cimento do pacto social. A obediência nasce, portanto, da percepção de vulnerabilidade: o medo da desordem cria a necessidade do Estado. Na sociedade contemporânea esse medo passa por uma mutação simbólica. A ameaça não é mais física, mas ontológica e identitária. O indivíduo teme não a espada do inimigo, mas a dissolução de si mesmo num mundo fragmentado, competitivo e incerto. As redes sociais amplificam essa sensação de exposição e instabilidade, criando um ambiente de vigilância recíproca e ansiedade constante. O medo deixa de ser apenas reação ao perigo e se torna condição permanente de existência. É o medo da corrupção que destrói o Estado, do “sistema” que manipula o povo, da perda de valores tradicionais, da falência moral das instituições. Isso foi amplamente utilizado por Jair Bolsonaro e Pablo Marçal quando falavam da falência moral da esquerda e da corrupção.

Tal medo, que é difuso e moralizado, passa a ocupar o centro da experiência política. A nova direita brasileira compreendeu a potência desse afeto e o transformou em energia mobilizadora. O que em Hobbes (2003) era um sentimento que levava à obediência e à estabilidade, aqui converte-se em paixão que convoca à ação. A retórica política não busca mais pacificar, mas manter o medo em ebulição, convertendo-o em combustível para a luta moral e espiritual. Nesse contexto, o medo não gera submissão ao soberano estatal, mas adesão ao soberano simbólico – o líder carismático que promete restaurar a ordem perdida.

Essa transformação é evidente quando se comparam as figuras de Jair Bolsonaro e Pablo Marçal, representantes de fases distintas, mas complementares, da mesma retórica emocional.

Bolsonaro utilizou o medo em seu sentido clássico hobbesiano: apresentou-se como o Leviatã salvador, o único capaz de proteger a nação do colapso moral e institucional. Seu discurso enfatizava a ameaça – o “inimigo interno” representado pela esquerda, pela imprensa ou pelo sistema político – e oferecia segurança em troca de lealdade. O medo operava como instrumento de coerção simbólica: obedecer a Bolsonaro era “defender o Brasil”. A obediência era moral, mas também disciplinar; o medo sustentava a hierarquia e a figura do protetor armado, cuja autoridade se justificava pela iminência do caos.

Pablo Marçal, por outro lado, representa a evolução empresarial e performática desse mesmo medo. Sua retórica desloca o foco da ameaça externa para a transformação interna. Se Bolsonaro convocava o cidadão a combater inimigos visíveis (“os comunistas”, “a velha política”), Marçal convoca o seguidor a derrotar o medo dentro de si – um medo que, paradoxalmente, ele próprio desperta. A estratégia é dupla: primeiro, despertar a sensação de impotência (“o sistema quer te destruir”, “o Brasil foi tomado por corruptos”); depois, oferecer fé e autoaperfeiçoamento como armas de libertação. O medo, nesse caso, não paralisa, mas empodera: é o gatilho emocional para o “despertar espiritual” e o engajamento político. Enquanto Bolsonaro encarna o Leviatã armado, Marçal encarna o Leviatã espiritual e digital – o soberano performático que substitui o contrato político por uma aliança moral. A obediência não é imposta pela força, mas conquistada pela crença. Seu poder não deriva da coerção, mas da aderência simbólica: o seguidor obedece porque se sente parte de uma missão redentora. A submissão voluntária – um conceito que Hobbes (2003) jamais poderia prever – emerge como nova forma de sujeição na era da hipervisibilidade. Há, portanto, uma inversão profunda do paradigma hobbesiano. O medo, antes instrumento de pacificação, torna-se tecnologia de engajamento. Bolsonaro usou-o como elemento de militarização do discurso, enquanto Marçal o converte em emoção empreendedora e espiritual, integrando-o ao léxico da autoajuda e da fé. Ambos, porém, compartilham a lógica do Leviatã contemporâneo: o líder como mediador entre o medo e o sentido. O medo do caos — seja ele moral, político ou existencial – cria a demanda por um protetor que também é profeta. E aqui algo extremamente valioso: o Leviatã de Hobbes (2003) nasce da razão; o Leviatã midiático nasce da emoção. Em ambos os casos, o medo continua sendo o motor da obediência, mas a

forma de dominação se transforma. Hoje, ela não exige a entrega do corpo, e sim a adesão da alma.

Quando tudo isso – o medo e a manipulação simbólica – une-se a teatralização do poder, é difícil não perceber como esses dois personagens tomaram conta da cena política. Para Georges Balandier (1980), o poder não se sustenta apenas por estruturas institucionais, mas pela capacidade de encenação. A política, em sua essência, é uma forma de teatro social. Shakespeare já dizia: “o mundo inteiro é uma cena”. O governante precisa ser visto, celebrado e reconhecido; precisa dominar a arte de representar o poder. O poder, para Balandier, não se reduz à força ou à instituição, mas se sustenta por meio de sua dimensão simbólica e ritualística, sendo continuamente encenado no espaço social e, portanto, sua eficácia depende tanto da *mise-en-scène* quanto das políticas concretas. O poder, sem espetáculo, tende a se esvaziar. Nas sociedades contemporâneas, marcadas pela midiaticização e pela lógica do espetáculo, essa teatralidade é levada ao extremo. Por isso, lanço aqui uma previsão para as eleições de 2026: não será terceira via ponderada. O poder se transformou. Ele é carismático, midiático e polarizado. As redes sociais transformam cada gesto político em ato performático, cada declaração em drama coletivo, e cada líder em personagem de si mesmo. A política se torna uma arena de performances simultâneas, onde a verdade é substituída pela verossimilhança emocional. Não basta dizer a verdade: é preciso parecer convicto, indignado, puro. O público não busca coerência, mas autenticidade estética. É nesse contexto que se insere a nova direita brasileira, cujo sucesso depende menos da elaboração programática e mais da eficácia simbólica. Tanto Jair Bolsonaro quanto Pablo Marçal dominam essa lógica, mas o fazem por caminhos distintos, encarnando dois arquétipos complementares da teatralização do poder: o guerreiro e o profeta.

Bolsonaro representa a teatralidade bélica e disciplinar. Sua performance política é construída sobre o corpo, o gesto e o tom de voz. A imagem do militar endurecido, o semblante austero, a postura corporal que transmite autoridade – tudo é cuidadosamente repetido para reforçar a ideia de força e vigilância. Ele se apresenta como o homem comum armado contra o caos, o “soldado” que fala o que pensa e desafia a “censura do sistema”. Cada pronunciamento público, cada confronto com jornalistas, cada gesto de hostilidade é parte do espetáculo que reafirma seu papel de combatente solitário. Bolsonaro performa o poder como resistência permanente. Sua teatralidade baseia-se na encenação da virilidade, no controle da agressividade e na disposição ao confronto. Ele é o “anti-político” que, paradoxalmente, sobrevive politicamente justamente por dramatizar o embate com a política.

O gesto de apontar o dedo, o vocabulário rude, o uso ostensivo da bandeira e da Bíblia: todos são símbolos de uma liturgia do poder viril, onde o líder é simultaneamente vítima e herói. Essa estética da força cria uma comunidade imaginada que o reconhece como o único capaz de “falar a verdade” e “enfrentar o inimigo”.

Pablo Marçal, por sua vez, desloca a teatralidade do campo da virilidade para o da espiritualidade performática. Enquanto Bolsonaro dramatiza a luta física, Marçal encena a luta interior. Seu poder é o da palavra que “cura”, do gesto que “liberta”, da fé que “ativa”. Ele não aparece como soldado, mas como missionário digital, um misto de pastor e empreendedor. Sua performance se apoia em elementos da cultura neopentecostal e da autoajuda empresarial: o palco iluminado, a entonação de *coach*, o apelo emocional e o uso de metáforas bíblicas para falar de sucesso e fracasso. Nas lives e nos debates, Marçal raramente busca o confronto direto. Seu espetáculo é o da inspiração moral, não o do embate físico. Ele fala olhando para a câmera, como quem evangeliza. Ao transformar o eleitor em seguidor, e o voto em ato de fé, Marçal redefine o ritual político como culto performático.

O líder é apresentado não como autoridade distante, mas como “irmão” e “mentor espiritual”, alguém que “ativa propósito” e “liberta do sistema”. Ambos, contudo, operam dentro da mesma lógica de mediação do poder: o líder não governa – ele comunica-se para existir. A comunicação deixa de ser meio e se torna fim. Bolsonaro precisa do conflito para reafirmar a força; Marçal precisa da fé para legitimar o carisma. Ambos dependem da reação do público para manter a autoridade. A teatralização não é apenas estratégia retórica, mas condição ontológica do poder mediado. Essa teatralidade, contudo, não é mero artifício. Como nota Balandier, o espetáculo do poder produz realidades sociais. As imagens e os rituais performáticos geram crenças e comportamentos. No caso brasileiro, o teatro da nova direita contribui para a erosão das mediações democráticas: a política torna-se espetáculo moral, em que o bem e o mal substituem o debate sobre políticas públicas. O palco substitui o parlamento; o púlpito substitui o programa de governo. Em Bolsonaro, o corpo é o instrumento do poder: a voz que grita, o dedo que acusa, o gesto que ameaça. Em Marçal, o corpo é veículo da fé: o olhar que guia, o abraço que acolhe, o sorriso que redime. Ambos atuam dentro da mesma gramática da encenação, mas em registros distintos – o militar e o messiânico, o punitivo e o terapêutico, o homem de guerra e o homem de Deus. Assim, a teatralização do poder na nova direita brasileira revela não apenas estilos de liderança, mas mecanismos de dominação simbólica. O poder não é apenas comunicado ele é performado, ritualizado e acreditado. O líder não governa pela razão, mas pela dramaturgia. E, como

antecipou Balandier, o poder só existe plenamente quando é visto e reconhecido sua invisibilidade significa, em última instância, sua perda de força. O espetáculo é, portanto, a própria condição de sobrevivência do soberano na era digital (Balandier, 1980).

Em *A Sociedade do Espetáculo* (1997), Guy Debord descreve o espetáculo como a forma dominante de organização da vida nas sociedades capitalistas avançadas. O espetáculo não é apenas um conjunto de imagens, mas uma relação social mediada por imagens, na qual tudo o que era vivido diretamente se distancia para ser representado. O poder político, a fé, o trabalho e até a identidade passam a existir prioritariamente em sua forma visível. O ser é substituído pelo parecer, e o reconhecimento pelo olhar do outro se torna critério de existência.

No universo digital, o diagnóstico de Debord (1997) atinge sua radicalização. O espetáculo deixa de ser mediado exclusivamente pelos meios de massa e passa a ser co-produzido por milhões de sujeitos conectados, que consomem e reproduzem performances de poder em tempo real. O líder político não é mais apenas o ator principal: é também roteirista, editor e curador de si mesmo. A autoridade, nesse contexto, mede-se não mais pela legitimidade institucional, mas pelo alcance, engajamento e viralização – novas métricas simbólicas da sociedade do espetáculo. Tanto Jair Bolsonaro quanto Pablo Marçal são produtos e produtores desse novo regime de visibilidade. Ambos compreendem que o poder político contemporâneo exige presença constante no palco das redes, onde cada gesto e cada silêncio têm valor performático. Contudo, suas estratégias se diferenciam profundamente: enquanto Bolsonaro encarna o espetáculo da confrontação, Marçal encena o espetáculo da iluminação. Bolsonaro transformou a política em uma espécie de reality show do conflito, em que o antagonismo é o motor do engajamento. Seus embates com jornalistas, ministros, governadores e até aliados são episódios de uma narrativa contínua, onde ele surge como o anti-herói que enfrenta o sistema. As *lives* semanais, as frases de efeito e as transgressões calculadas – como a recusa em seguir protocolos institucionais ou sanitários – não são lapsos de comportamento, mas atos performáticos deliberados. Cada gesto de insubordinação reforça sua imagem de autenticidade: o líder que “fala o que pensa” e “não se curva a ninguém”. Em termos debordianos, Bolsonaro representa o espetáculo da ruptura, o líder que encena a própria marginalidade para transformar o ressentimento social em capital político. Seu carisma é o do homem indignado, aquele que reflete e amplifica a raiva difusa contra as elites. O poder, nesse caso, é teatralizado como resistência – um espetáculo de força bruta e desobediência moral.

Já Pablo Marçal, em contraste, opera no registro do espetáculo da transcendência. Se Bolsonaro dramatiza a luta, Marçal dramatiza a iluminação. Ele compreende o espetáculo não como guerra, mas como experiência espiritual midiática. Em suas postagens e vídeos, o político aparece não como combatente, mas como condutor de almas, misturando a linguagem do marketing com a da fé. Suas narrativas são estruturadas em torno de *storytelling* transformacional – o fracasso que vira vitória, a dor que se torna propósito, a derrota que se transforma em missão divina. Essa estética da superação aproxima Marçal de um tipo de carisma performático pós-moderno, em que o líder é simultaneamente mentor, *coach* e messias digital. Ele não promete segurança, mas sentido. Seu discurso não é de força, mas de propósito; não de punição, mas de cura. O espetáculo que oferece é o da “autotransformação coletiva”: o eleitor é convidado não apenas a votar, mas a “ativar” sua fé e “libertar-se do sistema”. O político é transformado em marca espiritual, e o seguidor em discípulo de um projeto de vida. Nos termos de Debord (1997), ambos instrumentalizam o espetáculo como ferramenta de legitimação simbólica. Bolsonaro encena a anti-elite; Marçal encena o anti-caos. O primeiro mobiliza o medo e a raiva; o segundo, o medo e a esperança. O espetáculo, em ambos, é a forma pela qual o poder é comunicado e, portanto, legitimado. A mídia e as redes não são intermediárias: são as próprias arenas de dominação. Mas há uma diferença crucial entre eles: o carisma. Se o carisma tradicional – como definia Max Weber (Pierucci, 2003) – dependia da crença no dom excepcional do líder, o carisma digital depende da aparência de autenticidade. O líder precisa parecer real, humano, falho, “como nós”. Bolsonaro constrói esse carisma pela brutalidade e pela franqueza ofensiva; Marçal, pela vulnerabilidade emocional e pela promessa de transcendência. Ambos simulam espontaneidade, mas dentro de uma lógica de espetáculo milimetricamente calculada. Assim, o carisma performático da nova direita brasileira é um produto híbrido da sociedade do espetáculo e da cultura da influência. Ele combina moralismo religioso, linguagem de autoajuda e estética de *reality show*, fundindo o púlpito, o palanque e o *feed*. A política torna-se entretenimento moral, e a adesão, uma forma de fé. O espetáculo substitui a mediação institucional e torna-se o verdadeiro contrato social da era digital – não mais o pacto racional hobbesiano, mas um pacto emocional entre líder e audiência. Em última instância, tanto Bolsonaro quanto Marçal compreendem o mesmo princípio que Debord (1997, tese 4) enunciou há quase seis décadas: “[...] o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.” Nessa relação, o líder não precisa convencer, basta parecer convicto. O espetáculo, ao mesmo tempo em que promete libertar,

aprisiona: produz sentido enquanto dissolve o real. E é nesse paradoxo que a nova direita constrói sua força – na capacidade de transformar medo, fé e imagem em instrumentos de poder simbólico total.

Em *Corruptíveis: Por que as pessoas com poder acabam abusando dele* (2023), Brian Klaas inverte a máxima clássica segundo a qual “o poder corrompe”. Para o autor, o poder atrai indivíduos propensos à corrupção, porque as estruturas políticas e institucionais, muitas vezes, premiam comportamentos narcisistas e autoritários. O problema, portanto, não está apenas no exercício do poder, mas na personalidade daqueles que o buscam e nas dinâmicas de sedução e recompensa que o acompanham. A análise de Klaas (2023) parte de uma constatação incômoda: o poder político, nas democracias contemporâneas, é cada vez mais mediado por mecanismos de visibilidade, autopromoção e competição simbólica – precisamente os elementos que favorecem a ascensão de líderes com perfil performático e egocêntrico. O poder torna-se uma arena de validação pública e permanente, onde o governante precisa ser visto, comentado e celebrado para existir. Nesse contexto, a corrupção não é apenas o desvio material, mas uma corrupção da própria ideia de serviço público, substituída pela lógica da auto-exposição e do culto à personalidade. No Brasil, essa mutação se torna visível nas trajetórias de Jair Bolsonaro e Pablo Marçal, que, apesar de diferenças estéticas e geracionais, compartilham um mesmo princípio psicológico e comunicacional: o poder é, antes de tudo, expressão de um eu magnificado, cuja legitimidade deriva da crença moral e não da razão política. Ambos compreendem, ainda que de modos distintos, o que a partir de Klaas (2023), é possível identificar um “paradoxo da autenticidade”: a capacidade de líderes parecerem incorruptíveis por meio da performance de transparência e espontaneidade, mesmo quando suas ações ou discursos revelem o contrário.

Bolsonaro encarna o arquétipo do líder impuro que se apresenta como puro. Sua retórica anti-sistema o posiciona como *outsider* ético, mesmo após décadas dentro da política institucional. Ele constrói uma imagem de honestidade pela negação, ao afirmar-se diferente dos “políticos de sempre”, mesmo reproduzindo as práticas que denuncia. A recusa em seguir protocolos, o improviso discursivo e a agressividade contra adversários são gestos de um teatro da autenticidade, que converte o desvio em sinceridade e o erro em coragem. Assim, a transgressão moral é reconfigurada como prova de integridade. Klaas (2023) explica esse mecanismo como uma forma de moralidade performática: o líder narcisista cria uma narrativa em que ele próprio é o padrão ético, e tudo que se opõe a ele é automaticamente corrupto. A coerência não é exigida porque o critério moral é a identidade, não a ação.

Bolsonaro não precisa demonstrar virtude, basta encarnar o sentimento de revolta contra a corrupção. Essa inversão hobbesiana – na qual o medo do caos é instrumentalizado pelo próprio criador do caos – permite que a autoridade se mantenha mesmo diante de escândalos, pois a crença na pureza do líder é mais forte que a evidência de sua falha. Pablo Marçal, por sua vez, representa uma versão espiritualizada e empresarial dessa mesma lógica.

Em seu discurso, o poder não é espaço de privilégio, mas de “propósito divino”. Ele se apresenta como um “instrumento de Deus” incumbido de transformar a política em missão. Essa estratégia lhe permite operar sob o manto de uma pureza transcendental, que o afasta das contradições terrenas da política tradicional. A figura do “ungido” cria uma blindagem simbólica semelhante à descrita por Klaas (2023): o líder espiritual está acima da suspeita, porque sua legitimidade é teológica, não institucional. A corrupção, nesse caso, é sempre dos outros – “dos políticos”, “do sistema”, “da velha política” –, enquanto o próprio líder se coloca como agente de restauração moral. O narcisismo espiritual de Marçal, disfarçado de altruísmo, converte a busca pelo poder em vocação redentora. Essa lógica é perigosa porque substitui a responsabilidade coletiva pela crença no dom individual, dissolvendo as fronteiras entre fé e autoridade. Tanto Bolsonaro quanto Marçal mobilizam o que Klaas (2023) chama de ilusão meritocrática da virtude: a ideia de que o sucesso pessoal é evidência de moralidade. Bolsonaro, ao apresentar-se como “homem simples que chegou ao topo pelo sacrifício”, e Marçal, ao exibir-se como “empreendedor que venceu pelo esforço e pela fé”, convertem conquistas individuais em credenciais éticas. O poder, assim, não é resultado de um processo político legítimo, mas de uma escolha divina ou de um destino moral. Essa narrativa elimina a necessidade de prestação de contas e transforma a crítica em perseguição.

O pensamento de Klaas (2023) ajuda a compreender por que esses líderes mantêm adesão mesmo diante de evidências de incongruência. A relação entre líder e seguidor torna-se pacto afetivo, não racional. A fé na pureza substitui o juízo moral. Bolsonaro é perdoado porque “fala a verdade”; Marçal é protegido porque “é usado por Deus”. A corrupção política – entendida como abuso de poder, manipulação simbólica ou mentira pública – deixa de ser percebida como transgressão e passa a ser instrumento de missão. Nesse ponto, é possível dizer que ambos transformam o diagnóstico de Klaas (2023) em método. O narcisismo que o autor identifica como risco torna-se estratégia de liderança. O poder é o palco onde o “eu” se eleva à condição de “mito”. A diferença é que Bolsonaro encena o narcisismo da força, e Marçal, o narcisismo da fé. O primeiro se legitima pela ousadia; o segundo, pela pureza. Mas ambos partem da mesma matriz: a ideia de que o poder pertence àquele que se acredita

moralmente escolhido. Ao articular o pensamento de Klaas (2023) com o contexto brasileiro, percebe-se que a corrupção contemporânea não é apenas um problema de instituições, mas de subjetividades políticas. O espetáculo da pureza, reforçado pelas redes, dissolve a distinção entre moral e imagem. A corrupção deixa de ser a exceção e torna-se forma de governar – uma estética do poder baseada na autoexibição e na crença inabalável do próprio líder em sua missão. Em síntese, enquanto Hobbes (2003) via o medo como fundamento da obediência e Balandier (1980) identificava a encenação como essência do poder, Klaas (2023) revela o que sustenta o Leviatã da era digital: a psicologia do líder que se confunde com o papel que interpreta. No palco da nova direita, a corrupção não é negada – é ressignificada como coragem, fé ou propósito. E o público, fascinado pelo espetáculo, aplaude não a verdade, mas a convicção.

3 Considerações finais

A nova direita brasileira não deve ser compreendida como simples continuidade ideológica do conservadorismo tradicional, mas como reconfiguração simbólica do poder em tempos de midiaticização e desencantamento político. Esses autores, ainda que separados por séculos e contextos distintos, convergem em torno de uma constatação comum: o poder, para existir, precisa ser acreditado, visto e sentido. Em Hobbes (2003), o medo funda a obediência; em Balandier (1980), a encenação dá corpo à autoridade; em Debord (1997), o espetáculo substitui a realidade; e em Klaas (2023), o narcisismo se converte em motor da liderança. Ao aplicá-los ao contexto contemporâneo, percebe-se que a nova direita – materializada nas figuras de Jair Bolsonaro e Pablo Marçal – condensa essas quatro dimensões em uma nova gramática do poder: emocional, estética e moral. O medo, que em Hobbes (2003) garantia a estabilidade social, hoje é manipulado como força de mobilização. Bolsonaro encarna o medo do caos – a figura do guerreiro que protege –; Marçal, o medo da perdição – o profeta que salva. Ambos transformam a ansiedade social em combustível político. A obediência, antes racional, agora é afetiva: nasce da crença no carisma, não dá confiança nas instituições. A teatralização descrita por Balandier (1980) manifesta-se na política brasileira como liturgia da autenticidade. Bolsonaro dramatiza o confronto; Marçal dramatiza a redenção. Em ambos, o poder é performance, não programa. Cada gesto, cada silêncio e cada *live* são atos de um teatro moral no qual o público participa como plateia e coro. O espetáculo de Debord (1997) fornece o pano de fundo estrutural dessa teatralidade. As redes sociais são o novo espaço da

soberania simbólica. A política se converte em produto de consumo, e o líder em marca. A diferença é que o espetáculo da nova direita é moralizado: a luta política é apresentada como cruzada espiritual, e o inimigo político, como ameaça existencial. Por fim, Klaas (2023) oferece a chave psicológica dessa engrenagem. Se o medo e o espetáculo constroem o ambiente, é o narcisismo que mantém o líder em cena. Bolsonaro e Marçal acreditam em suas próprias performances, confundindo a persona pública com a identidade pessoal. Essa fusão produz a figura do Leviatã contemporâneo – não o Estado coercitivo de Hobbes (2003), mas o líder performático que governa pela crença. A combinação desses elementos revela uma mutação profunda nas formas de dominação política. O poder deixa de se fundamentar na autoridade institucional e passa a se ancorar na capacidade de produzir emoções, narrativas e pertencimentos. O Leviatã digital não exige submissão física, mas adesão simbólica. Ele não impõe leis, mas oferece sentido; não ameaça com a espada, mas promete salvação. Assim, a nova direita brasileira ilustra o que poderíamos chamar de transição do poder disciplinar para o poder performático: um modelo em que o líder domina não pela coerção, mas pela encenação da verdade; não pela força, mas pela fé. É o espetáculo que sustenta a crença, e é a crença que sustenta o poder. Essa constatação tem implicações mais amplas. A política contemporânea, cada vez mais imersa na lógica do entretenimento e da fé, aproxima-se perigosamente da teatralização total: tudo é performance, tudo é narrativa. A democracia, nesse cenário, corre o risco de se transformar em palco – e o cidadão, em espectador. A compreensão dessa dinâmica é essencial não apenas para analisar o presente, mas para reconstruir o espaço público sob novas bases. Se o medo e a fé tornaram-se instrumentos de poder, talvez o próximo desafio da política seja devolver à razão – e à empatia – seu lugar de centralidade.

Referências

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KLAAS, Brian. **Corruptíveis**: por que as pessoas com poder acabam abusando dele. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Edições 34, 2003.

From the pulpit to the timeline: fear, faith, and political performance in Brazil's new right

Abstract

This article examines how Brazil's new right, represented by leaders such as Pablo Marçal, combines religious discourse, political performance, and communication strategies to consolidate symbolic power and social engagement in the post-Bolsonaro context. The study assumes that religious and entrepreneurial languages have been transposed into the political field, creating a hybrid discourse that merges faith, self-help, and anti-establishment rhetoric as pillars of legitimacy. Drawing on Thomas Hobbes, Georges Balandier, Guy Debord, and Brian Klaas, the research investigates how fear—originally conceived by Hobbes as an instrument of order and obedience—is reconfigured in digital networks as a mechanism of affective and moral mobilization. In this scenario, politics becomes both spectacle and ritual, where the leader acts simultaneously as an “anointed” figure and a “self-made entrepreneur,” constructing a narrative of individual and national redemption. Methodologically, the study adopts a qualitative approach and discourse analysis, focusing on videos, posts, and interviews by Pablo Marçal from 2023 to 2024. The findings demonstrate that contemporary symbolic power is built through the mediatization of faith, the aestheticization of politics, and the production of authenticity on digital platforms. It concludes that contemporary politics has transformed into a communicational ritual of belonging, in which emotion replaces argument, and faith operates as a language of power and legitimacy. Thus, communication emerges as a central mediator between belief, leadership, and authority in Brazil's new right.

Keywords

political communication; new right; fear; religion and politics; mediatization of power

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados desse estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de autoria e responsabilidade

Concepção e elaboração do estudo: Deysi Oliveira Cioccarì
Coleta de dados: Deysi Oliveira Cioccarì

Análise e interpretação de dados: Deysi Oliveira Cioccarì

Redação: Deysi Oliveira Cioccarì

Revisão crítica do manuscrito: Deysi Oliveira Cioccarì

Autoria para correspondência

Deysi Cioccarì

deysicioccarì@gmail.com

Como citar

CIOCCARI, Deysi. Do púlpito à *timeline*: medo, fé e performance política na nova direita brasileira. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, e-151373, 2026. Seção temática 30 anos do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. DOI: <https://doi.org/10.22456/1807-8583.151373>

Recebido: 31/10/2025

Aceito: 06/03/2026

Copyright (c) 2026 Deysi Cioccarì Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution–NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não–comerciais.

